



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

## **PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO**

**“Acolhe recurso interposto pelos Vereadores Arthur Macha Spíndola e Ricardo Longatti França.**

**HÉLIO ALVES RIBEIRO**, Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Acolhe recurso interposto pelos **Vereadores Arthur Machado Spíndola e Ricardo Longatti França**, contra decisão do Presidente da Câmara que deixou de receber o **Projeto de Lei no. 171/2018**, para o fim de reformar a decisão, determinando o seu regular prosseguimento, reiniciando a contagem do prazo previsto no § 3º do artigo 45 da LOMI, a partir da vigência desta Resolução.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, aos 25 de setembro de 2018, 188º de elevação à categoria de freguesia.

#### **Comissão de Justiça e Redação**

**Presidente: Celio Massão Kanesaki**

**Vice-Presidente: Adeilson Pereira da Silva**

**Relator: Luiz Carlos Chiaparine**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.*

*CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

Recurso contra decisão do Presidente da Câmara que deixou de receber Projeto de lei no. 171/2018, de autoria do Vereador Arthur Machado Spindola e Ricardo Longatti França.

Recorrente: Arthur Machado Spindola e Ricardo Longatti França.

Recorrido: Presidente da Câmara Municipal de Indaiatuba.

## **ATA DA REUNIÃO DA “COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO”**

Aos 25 de setembro de 2018, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Vereador Célio Massao Kanesaki e presentes os Vereadores, Adeilson Pereira de Silva e Luiz Carlos Chiaparine, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, realizou-se reunião da “COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO”, nos termos dos artigos 149 e parágrafos do Regimento Interno, visando manifestar-se sobre o recurso interposto pelo Ilustre Vereador Ricardo Longatti França contra decisão do Presidente da Câmara que deixou de receber o Projeto de Lei no. 171/2018 (Isenta de taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos doadores de sangue, medula e leite materno).

Após, feita a exposição da matéria em exame, o Vereador Luiz Carlos Chiaqparine, Relator da Comissão, concluiu da forma seguinte:

a) trata-se de recurso interposto pelos recorrentes que, inconformados com a decisão do Presidente da Câmara que determinou o arquivamento do Projeto de Lei, face à sua inconstitucionalidade latente (vício de iniciativa - vício formal e material).



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

b) alega o nobre Vereador, para tanto, (1) que o Presidente já havia recebido projeto com o mesmo teor, o qual fora retirado pelo então autor o escopo do projeto é matéria de interesse local; e (2) que o projeto está em plena consonância com as normas vigentes, tanto é que junta cópia de Acórdão do TJ, onde em ação direta de inconstitucionalidade restou demonstrada a inexistência dos vícios formal e material, em Lei que isenta doadores de sangue ao pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal.

Inicialmente, tem-se que o recurso é tempestivo, pois que protocolizado dentro do prazo regimental (art. 149 do RI), ou seja, 30/08/18. Os Ilustres Vereadores tomaram conhecimento da decisão no dia 23/08/18, sendo respeitado, portanto, o prazo regimental de 10 dias, merecendo ser recebido no efeito devolutivo (§ 2º do RI).

No mérito, há que se acatar o recurso, pois que as razões expostas apresentam argumentos de modo a modificar a decisão atacada.

O Acórdão do TJ/SP acima referido, cuja cópia fica fazendo parte integrante deste parecer, por si só demonstra a legalidade do projeto, assim como tem o condão de modificar a decisão do Ilustre Presidente desta Casa de Leis.

Vê-se, portanto, que a decisão do Ilustre Presidente desta Casa que acatou o despacho do Departamento Jurídico desta Casa, que opinou pelo não recebimento da propositura, merece ser reformada, pelos motivos acima expostos.

*Assim é que recebemos e conhecemos do recurso interposto para o fim de reformar a decisão do Presidente desta Casa que deixou de receber o projeto.*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

**PALÁCIO VOTURA**

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.*

*CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

***Por fim, desde já, a Comissão elabora o necessário Projeto de Resolução, acolhendo o recurso.***

Destarte somos favoráveis a que o Plenário delibere sobre a matéria aqui relatada.

Em seguida, nos termos do já citado artigo do RI, os vereadores e membros da Comissão, **Célio Massao Kanesai**, Presidente e **Adeilson Pereira da Silva**, Vice-Presidente, votaram favoravelmente ao Relatório apresentado, o qual foi aprovado pelos membros da Comissão de **“JUSTIÇA E REDAÇÃO”**, transformando-o em **PROJETO DE RESOLUÇÃO**.

O Projeto de Resolução, em epígrafe deve ser submetido a **turno único de votação** (art. 149 e §§ do RI), na Ordem do Dia da primeira Sessão Ordinária a se realizar após a leitura, e somente considerado aprovado o recurso se obtiver **voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara**.

Finalmente o Presidente da Comissão, Vereador **Célio Massao Kanesaki**, determinou inicialmente, a aposição das assinaturas competentes e, após a extração pela Secretaria, das cópias que forem necessárias, juntando-as no respectivo Projeto, arquivando-se esta Ata, na Secretaria da Câmara.

**Célio Massao Kanesaki - Presidente**

**Vice-Presidente - Adeilson Pereira da Silva**

**Luiz Carlos Chiaparine - Relator**



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

Camara Municipal de Indaiatuba  
Protocolo Geral nº 1878/2018  
Data: 30/08/2018 Horário: 15:16  
Administrativo - REC 5/2018

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR**

HELIO ALVES RIBEIRO

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**Arthur Machado Spindola**, Vereador à Câmara Municipal de Indaiatuba, vem mui respeitosamente à presença de V.Exa, tendo como fulcro o artigo 5º, LV da Constituição Federal interpor o presente.

## RECURSO

em face da decisão proferida pela Vossa Excelência nos Autor do projeto 171/2018, com trâmite perante esta Casa, que deixou de receber o mencionado projeto, pelas razões passa a expor.

## DO PROJETO

O projeto dispõe sobre a isenção na taxa de inscrição em concursos públicos realizados pelos poderes executivo e legislativo em âmbito municipal para aqueles que forem doadores de sangue, medula óssea e leite materno. O projeto deixou de ser recebido por Vossa Excelência, tendo sido encaminhado parecer nesse sentido a este gabinete em 23 de agosto do corrente.

## DA NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO

Em que pese o respeito ao parecer estabelecido, não há qualquer óbice ao regular trâmite do projeto em apreço.

O parecer expedido alega que não é de competência do vereador a realização de normas para concurso e que o mesmo se trata de questão administrativa, devendo somente o poder executivo legislar sobre.

Entretanto, no dia 19 de setembro de 2017, a mesma assessoria jurídica da Câmara Municipal de Indaiatuba manifestou-se favorável a um projeto de lei bastante semelhante. Neste caso em questão, o projeto de lei 196/2017, feito pelo vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

102  
2

Luiz Alberto Pereira, dispõe acerca da isenção de pagamento de taxa de inscrição para a realização de concursos públicos aos desempregados.

Neste parecer (anexado a este documento), a assessoria jurídica recomenda o recebimento do projeto considerando que:

**No entanto, em decisão recente, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o ÓRGÃO ESPECIAL, mudou completamente sua visão sobre o tema, entendendo pela constitucionalidade das leis de iniciativa do vereador que disponham sobre isenção de taxa para inscrição em concurso público, para que os pretendentes que preencherem os requisitos legais, conforme cópia anexa.**

E o mesmo conclui da seguinte forma:

Vê-se, portanto, pela inexistência de vício formal e vício material e, em decorrência, em face de todo o exposto, o projeto de lei em foco, de autoria do Ilustre Vereador, merece, conseqüentemente, prosperar, pelos motivos supramencionados.

O mesmo projeto também passou pela apreciação da comissão de Justiça e Redação desta casa, assim como pela comissão de Finanças e Orçamento. Em votação, houve unanimidade e foi determinada a sequência do projeto para que fosse deliberado pelos nobres pares em sessão legislativa. Vale ressaltar que o mesmo foi retirado na data de 06/04/2018, mas aconteceu por livre e espontânea opção do autor do projeto de lei.

Sendo assim, temos o acórdão do TJ-SP emitido após discussão dos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2002314-26.2016.8.26.0000, de autoria do Prefeito Municipal de Jacareí. Este acórdão, assim como já entende o departamento jurídico desta casa, prevê a constitucionalidade do projeto de lei de minha autoria tal como a legalidade do mesmo ser proposto por um vereador.

## DO PEDIDO

Ante o exposto, considerando toda a fundamentação e entendimentos anteriores desta casa, requer-se que Vossa Excelência reforme a decisão recorrida e receba o projeto de lei 171/2018, de autoria deste Vereador peticionante, determinando o regular trâmite do mesmo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PROT-CMI/2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro - PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 - Indaiatuba - SP

103  
P

Câmara Municipal de Indaiatuba, aos 30 de agosto de 2018.

**Arthur Machado Spindola**

Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURÁ

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba – SP

GABINETE VEREADOR ARTHUR SPÍNDOLA

PROJ. Nº 171/2018  
PROJ. Nº 171/2018  
19/06/2018 - 10:57  
PL 171/2018

## PROJETO DE LEI

**“Isenta de taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos doadores de sangue, medula e leite materno”**

**NILSON ALCIDES GASPAR**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam isentos da taxa de inscrição para concursos públicos, processos seletivos realizados no âmbito do poder executivo, abrangendo a administração direta, indireta e fundacional e poder legislativo as pessoas que sejam doadoras nas seguintes situações:

- I – Doador de medula óssea;
- II – Doador regular de sangue;
- III – Doador regular de leite materno.


Parágrafo Único: Considera-se, para a presente lei, doador regular de sangue ou leite materno aquele que realize, no mínimo, três doações nos últimos 12 meses, atestadas por órgão oficial ou entidade credenciada pelo poder público.

**Art. 2º.** Os órgãos e as entidades que integram a administração pública ficam obrigados a incluir a isenção prevista nesta Lei nos editais de concursos públicos.

Parágrafo Único: O doador, para exercer o direito previsto nesta Lei, fica obrigado a apresentar o comprovante original de sua condição no ato da inscrição no concurso público.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 19 de junho de 2018.

  
Arthur Machado Spindola  
Vereador

  
Ricardo Longatti França  
Vereador





# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba – SP

GABINETE VEREADOR ARTHUR SPINDOLA

PROJ. CM 2187/2018  
PROJ. CM 20198/2018  
19/06/2018 - 10:57  
PL 171/2018

Handwritten signature/initials: JPS

## JUSTIFICATIVA

Esta lei surge como mais uma forma de incentivo a doações no município de Indaiatuba. Nos referindo ao momento histórico em que vivemos, acreditamos ser de entendimento mutuo a necessidade de cooperação entre os membros da sociedade para que possamos garantir uma melhor qualidade de vida para todos.

Inicialmente, destacamos a importância da doação de sangue em nossa cidade. Indaiatuba é um local abençoado, onde muitas das vezes os eventos de arrecadação de sangue “sobram” voluntários. Toda essa consciência municipal não é a toa e poderia, inclusive, ser melhor aproveitado com a criação de um banco de sangue, bandeira defendida a tanto tempo pelo vereador Ricardo França.

Doação de medula óssea também é essencial. O transplante de medula pode servir de tratamento, trazendo muitas vezes a cura, de mais de 80 doenças no sangue. Pelo fato da doação necessitar retirar um líquido da bacia e a recuperação total demorar cerca de 15 dias, é necessário cada dia mais incentivar e demonstrar a importância de tal ação.

Por fim, a doação de leite materno, muito importante para crianças órfãs ou que por qualquer motivo, tanto fisiológico da mãe quanto por demais questões sociais, não podem receber o leite materno diretamente de sua genitora. Todos sabemos a importância do aleitamento materno e que o mesmo é o alimento mais completo para o bebê, sendo assim doar leite materno garante o bom desenvolvimento de muitas outras crianças.

Entendendo a suma importância de cada tipo de doação e, ainda mais, o momento econômico que vivemos e a busca constante por concursos públicos por parte da população, compreendemos o presente projeto de lei como uma excelente maneira de incentivar ainda mais pessoas a doar e melhorar a qualidade de vida do próximo.

Outro projeto de lei do município garante a gratuidade de inscrição em concursos públicos: o projeto de lei 196/2017, que foi aceito pelo presidente da



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba – SP

GABINETE VEREADOR ARTHUR SPÍNDOLA

Câmara Municipal e considerado constitucional pela Comissão de Justiça e Redação, além de ter também um parecer favorável da Comissão de Finanças e Orçamentos. Sendo assim, contamos com o voto favorável dos nobres pares e estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Sala das Sessões, aos 19 de junho de 2018.

**Arthur Machado Spindola**  
Vereador

**Ricardo Longatti França**  
Vereador

PROT. CM 2187/2018  
19/06/2018 - 10:57  
PL 171/2018

fb  
p



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)**

**38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

Protocolo n° 1398 - PROJETO DE LEI no. 171/2018.

Exmo. Sr. Presidente:

Nos termos do art. 127, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Indaiatuba, Resolução n° 0044/08, e na forma da certidão de fls.06 da D. Secretaria da Câmara, entendemos, S.M.J., que existe óbice para o recebimento da presente proposição, razão pela qual, não merece ser recebida, fato que impede o seu regular prosseguimento.

Cuida-se de Projeto de Lei que "Isenta de taxa de inscrição em concursos públicos seletivos doadores de sangue, medula e leite materno", de autoria do Ilustre Vereador Athur Machado Spindola.

O projeto em questão, de autoria de Vereador, é de competência do Município, em face do disposto nos artigos 23, inc. VI, e 30, inc. I, da Constituição Federal, na medida em que isenta do pagamento de taxa de inscrição nos concursos públicos, de candidatos que preencherem os requisitos ali estabelecidos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

Pois bem, tem-se a considerar, inicialmente, que os requisitos para ingresso no serviço público, assim como normas referentes à realização de concurso público deverão estar previstos em lei de iniciativa do Poder Executivo, por se tratar de questão administrativa (funcionamento e estruturação da Administração), servidores públicos e receita pública. (destaque nosso)

Todavia, ressalta-se que, a par da disposição em lei específica sobre a matéria no âmbito de atuação de cada ente federativo, nada impede que cada órgão discipline internamente, por meio de regulamento, normas pertinentes à realização de seus concursos, desde que não contrarie a norma geral, assim como especifique em cláusulas do edital quais as condições, requisitos e informações pertinentes de acordo com a natureza do cargo a ser preenchido.

Desta forma, entende-se que o projeto de lei que disponha sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público deve ser de autoria do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista que a matéria tratada versa sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal.

Soma-se aos fundamentos ora apresentados o princípio da separação de Poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal. Além do mais, os recursos provenientes das taxas de inscrição de candidatos a concursos públicos possuem natureza de receita pública. Posição essa adota pele Jurídico desta Casa de Leis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)**

**38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

Vê-se, portanto, pela existência de vício formal, e vício material e, em decorrência, em face de todo o exposto, o projeto de lei em foco, de autoria do Ilustre Vereador, não merece, conseqüentemente, prosperar, pelos motivos supramencionados.

É o nosso entendimento, "sub censura superior".

Indaiatuba, 24 de julho de 2018.

**José Arnaldo Carotti**  
Diretor Jurídico  
oabsp 63816

Pr 09  
7



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro - PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 - Indaiatuba - SP**

**Despacho do Presidente:**

**Vistos,**

1 - Na forma do art. 127 do Regimento Interno da Câmara Municipal e tendo em vista a certidão da Secretaria da Câmara:

(X) adoto, como forma de decidir, a Nota Técnica da Diretoria Jurídica e, de consequência, **DEIXO DE RECEBER** a propositura acima referida.

( ) apesar da Nota Técnica da Diretoria Jurídica, **RECEBO** a propositura acima referida.

( ) **RECEBO** a propositura acima referida, nos termos do entendimento da Diretoria Jurídica.

2 - À Secretaria da Câmara para as providências de praxe.

Câmara Municipal de Indaiatuba,

  
**Hélio Alves Ribeiro**  
Presidente da Câmara

RECEBO

23/08/18

Helio Alves Ribeiro


10/06/18

10/06/18



# Projeto de Lei nº 196/2017

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

## Identificação Básica

<b>Tipo:</b>	PL - Projeto de Lei	<b>Número:</b>	196/2017
<b>Data Apresentação:</b>	25/08/2017	<b>Protocolo:</b>	-
<b>Ementa:</b>	DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE CANDIDATOS DESEMPREGADOS.		
<b>Autor:</b>	LUIZ ALBERTO PEREIRA		
<b>Processo:</b>	1539/2017		
<b>Parecer Comissão:</b>	COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - Relator: LUIZ CARLOS CHIAPARINE  Parecer Favorável  COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - Relator: LUIZ ALBERTO PEREIRA  Parecer Favorável		
<b>Observações:</b>	Lido na 27ª Sessão Ordinária - 02/10/2017. Retirado em 06/04/2018. Arquivado.		
<b>Indexação:</b>	Isenção inscrição concurso público desempregados		
<b>Texto Integral:</b>			

## Documentos Acessórios

	<b>Tipo:</b> Despacho - <b>Descrição:</b> Recebimento do Projeto <b>Data:</b> 19/09/2017 - <b>Autoria:</b> Presidente
	<b>Tipo:</b> Parecer - <b>Descrição:</b> Recebimento do Projeto <b>Data:</b> 19/09/2017 - <b>Autoria:</b> Departamento Jurídico

## Outras Informações

<b>Dias Prazo:</b>	-	<b>Data Fim Prazo:</b> 23/04/2018	<b>Data Publicação:</b> -
--------------------	---	-----------------------------------	---------------------------

## Tramitação

<b>Em Tramitação?</b>	Não	<b>Regime de Tramitação:</b>	Ordinário
-----------------------	-----	------------------------------	-----------



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

12  
P

## PROJETO DE LEI nº 296 /2017

**“Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição para a realização de concurso público municipal de candidatos desempregados”.**

**NILSON ALCIDES GASPAR**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isento do pagamento da taxa de inscrição para realização de concurso público municipal em Indaiatuba, os candidatos que estiverem desempregados, nas formas e condições desta lei.

Art. 2º - Para comprovação da condição, o candidato deverá apresentar no ato da inscrição:

I- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, com as devidas anotações do último registro de emprego e da respectiva dispensa, respeitando o prazo de no mínimo 4 meses.

II- Declaração de próprio punho, firmada por 2(duas) testemunhas, ou preencher formulário de declaração a ser fornecido pela Administração Municipal, atestando que está sem atividade profissional, ainda que informal sem receber rendimentos, e que não recebe benefícios de seguro-desemprego e nem possui inscrição municipal ou exerce a atividade autônoma, comercial, industrial ou prestador de serviço.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

13  
P

Art. 3º - Os candidatos que possuírem inscrição municipal relativa a atividade autônoma, comercial, industrial ou prestador de serviço, conforme artigo anterior, não terá o direito ao benefício desta lei.

Parágrafo único: Confirmada a existência de qualquer destas condições, o candidato terá compulsoriamente indeferida a sua inscrição ao respectivo concurso.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 25 de agosto de 2017.

**Luiz Alberto "Cebolinha" Pereira**  
Vereador



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700,  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

14  
P

## **JUSTIFICATIVA**

Apresento aos nobres pares o presente projeto para apreciação.

É sabido que para toda realização de concurso público, a Administração Municipal, cobra a taxa de inscrição para cobrir os custos gerados, evitando onerar os cofres.

Em consideração a crescente crise econômica que o país vem enfrentando, hoje contamos com um número superior a 14 milhões de brasileiros desempregados, fato que agrava ainda mais a forte desigualdade social uma vez que muitos não possuem condições para competir no mercado de trabalho.

Tal motivo tem aumentado cada vez mais a disputa nos concursos públicos, onde os candidatos procuram tanto pelo salário quanto pela estabilidade oferecida, assim, deve ser necessário garantir esse acesso também a essas pessoas menos privilegiadas, assegurando o princípio da isonomia e igualdade esculpidos em nossa Constituição Federal, de forma a tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade.

Desse modo, o presente projeto tem por objetivo isentar o pagamento da taxa de inscrição dos concursos públicos realizados no município de Indaiatuba para os candidatos que comprovarem que estão desempregados a pelo menos 4 meses e não possuírem nenhuma condição financeira de arcar com as despesas referente a taxa de inscrição.

Assim, conto com os Nobres Colegas para a aprovação de tão relevante proposição.

Sala das Sessões, aos 25 de agosto de 2017

**Luiz Alberto "Cebolinha" Pereira**  
Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

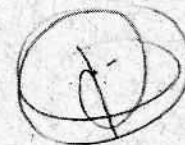
15  
7

PROCESSO Nº 1539

PROJETO DE LEI Nº 196/2017

**EMENTA:** "Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição para realização de concurso público municipal, de candidatos desempregados."

**AUTOR:** Vereador Luiz Alberto Pereira



## ATA DA REUNIÃO DA "COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO"

Aos 03 de outubro de 2017, realizou-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Vereador **Celio Massao Kanesaki** e presentes os Vereadores, **Adeilson Pereira da Silva** e **Luiz Carlos Chiaparine**, Vice-Presidente e Relator, respectivamente a reunião da "**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**", nos termos dos artigos 65/70 do Regimento Interno, que analisa o projeto de Lei "sub tela".

Após, feita a exposição da matéria em exame, o Vereador **Luiz Carlos Chiaparine**, Relator da Comissão, concluiu da forma seguinte:

- a) a propositura é de competência do Município, devendo a Câmara Municipal deliberar, no prazo previsto no parágrafo 3º do artigo 46 da LOM c.c. o parágrafo único do artigo 136 do RI, para posterior sanção e promulgação pelo Executivo Municipal,
- b) a propositura atende ao princípio estabelecido no artigo 58 e parágrafo único do RI.

Assim sendo, a propositura para a sua discussão, deliberação e aprovação deve obedecer ao requisito abaixo, a saber:

O Projeto de Lei em epígrafe deve ser submetido a **dois turnos de votação** (art. 177, § 4º, do RI) e será considerado aprovado se



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

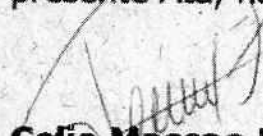
16  
7

obtiver **voto favorável da maioria simples**, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara (art. 189, I e §§ 1º e 2º), salvo pedido de urgência especial.

Destarte somos favoráveis que o Plenário delibere sobre a matéria aqui relatada.

Em seguida, nos termos do artigo 69, do RI, os vereadores e membros da Comissão, **Celio Massao Kanesaki**, Presidente e **Adeilson Pereira da Silva**, Vice-Presidente, votaram favoravelmente ao Relatório apresentado, o qual foi aprovado pelos membros da Comissão de **"JUSTIÇA E REDAÇÃO"**, transformando-o em **PARECER**.

Finalmente o Presidente da Comissão, Vereador **Celio Massao Kanesaki**, determinou inicialmente, a aposição das assinaturas competentes e, após a extração pela Secretaria, das cópias que forem necessárias, juntando-as no respectivo Projeto, arquivando-se a presente Ata, na Secretaria da Câmara.

  
**Celio Massao Kanesaki**  
**Presidente**

  
**Adeilson Pereira da Silva**  
**Vice-Presidente**

**Luiz Carlos Chiaparine**  
**Relator**



# CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

PROCESSO Nº 1539

PROJETO DE LEI Nº 196/2017

**EMENTA:** "Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição para realização de concurso público municipal, de candidatos desempregados."

**AUTOR:** Vereador Luiz Alberto Pereira

## ATA DA REUNIÃO DA "COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO"

Aos 03 de outubro de 2017, realizou-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Vereador **João de Souza Neto (Januba)** e presentes os Vereadores, **Alexandre Peres** e **Luiz Alberto "Cebolinha" Pereira**, Vice-Presidente e Relator, respectivamente a reunião da primeira sessão legislativa da "COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO", nos termos dos artigos 65/70 do Regimento Interno.

Após, feita a exposição da matéria em exame, o Vereador **Luiz Alberto "Cebolinha" Pereira**, Relator da Comissão, concluiu da forma seguinte:

a) a propositura é de competência do Município, devendo a Câmara Municipal deliberar, no prazo previsto no parágrafo 2º do art. 64 da CF, cc. os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 46 da LOM e artigo 135 do RI, exceto nas proposições de autoria dos Senhores Vereadores, para posterior sanção e promulgação pelo Executivo Municipal, exceto a propositura de competência da Câmara, que deverá ser promulgada, ressalvado o requerimento de Urgência Especial, elaborado nos termos do art. 134 e 151 do RI, ora aprovado.

b) a propositura atende ao princípio estabelecido nos artigos 59 e 60 do RI.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.  
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 09:17  
PR 16/2018

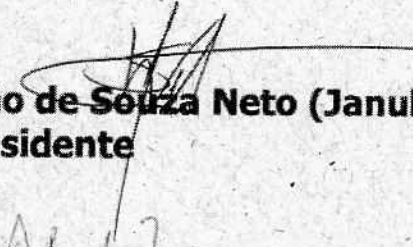
Assim sendo, a propositura para a sua discussão, deliberação e aprovação deve obedecer ao requisito abaixo, a saber:

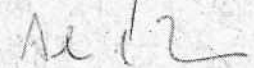
O Projeto de Lei em epígrafe deve ser submetido a **dois turnos de votação** (art. 177, § 4º, do RI) e será considerado aprovado se obtiver **voto favorável da maioria simples**, presente a maioria absoluta dos membros da Câmara (art. 189, I e §§ 1º e 2º), salvo pedido de urgência especial.

Destarte somos favoráveis a que o Plenário delibere sobre a matéria aqui relatada.

Em seguida, nos termos do artigo 69, do RI, os vereadores e membros da Comissão, **João de Souza Neto (Januba)**, Presidente e **Alexandre Peres**, Vice-Presidente, votaram favoravelmente ao Relatório apresentado, o qual foi aprovado pelos membros da Comissão de "Finanças e Orçamento", transformando-o em **PARECER**.

Finalmente o Presidente da Comissão, Vereador **João de Souza Neto (Januba)**, determinou inicialmente, a aposição das assinaturas competentes e, após a extração pela Secretaria, das cópias que forem necessárias, juntando-as no respectivo Projeto, arquivando-se a presente Ata, na Secretaria da Câmara.

  
**João de Souza Neto (Januba)**  
Presidente

  
**Alexandre Peres**  
Vice-Presidente

**Luiz Alberto "Cebolinha" Pereira**  
Relator



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

PROT-CMI/ 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

19  
2

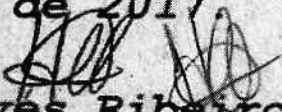
**Despacho do Presidente:**

**Vistos,**

1 - Na forma do art. 127 do Regimento Interno da Câmara Municipal e tendo em vista a certidão de fls. 07 da Secretaria da Câmara, bem como o despacho da Assessoria Jurídica, RECEBO a propositura acima referida.

2 - À Secretaria da Câmara para as providências de praxe.

**Câmara Municipal de Indaiatuba, 19 de setembro de 2017**

  
**Hélio Alves Ribeiro**  
**Presidente da Câmara**



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

Processo n.º 1539 - PROJETO DE LEI no. 196/2017.

**Exmo. Sr. Presidente:**

Nos termos do art. 127, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Indaiatuba, Resolução n.º 0044/08, e na forma da certidão de fls.06 da D. Secretaria da Câmara, entendemos, S.M.J., que existe óbice para o recebimento da presente proposição, razão pela qual, não merece ser recebida, fato que impede o seu regular prosseguimento.

Cuida-se de Projeto de Lei que "Dispõe sobre isenção do pagamento de taxa de inscrição para a realização de concurso público municipal de candidatos desempregados", de autoria do Ilustre Vereador Luiz Alberto Pereira.

O projeto em questão, de autoria de Vereador, é de competência do Município, em face do disposto nos artigos 23, inc. VI, e 30, inc. I, da Constituição Federal, na medida em que isenta do pagamento de taxa de inscrição nos concursos públicos, de candidatos que preencherem os requisitos ali estabelecidos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

Pois bem, tem-se a considerar, inicialmente, que os requisitos para ingresso no serviço público, assim como as normas referentes à realização de concurso público deverão estar previstos em lei de iniciativa do Poder Executivo, por se tratar de questão administrativa (funcionamento e estruturação da Administração), servidores públicos e receita pública.

Todavia, ressalta-se que, a par da disposição em lei específica sobre a matéria no âmbito de atuação de cada ente federativo, nada impede que cada órgão discipline internamente, por meio de regulamento, normas pertinentes à realização de seus concursos, desde que não contrarie a norma geral, assim como especifique em cláusulas do edital quais as condições, requisitos e informações pertinentes de acordo com a natureza do cargo a ser preenchido.

Desta forma, entende-se que o projeto de lei que disponha sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público deve ser de autoria do Chefe do Poder Executivo, tendo em vista que a matéria tratada versa sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal.

Soma-se aos fundamentos ora apresentados o princípio da separação de Poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal. Além do mais, os recursos provenientes das taxas de inscrição de candidatos a concursos públicos possuem natureza de receita pública. Posição essa adota pele Jurídico desta Casa de Leis.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**

**PALÁCIO VOTURA**

**Rua Humaitá n.º 1167 Centro – PABX (19)  
38857700**

**CEP.: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

PROT-CMI 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

22  
7

No entanto, em decisão recente, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o ÓRGÃO ESPECIAL, mudou completamente sua visão sobre o tema, entendendo pela constitucionalidade das leis de iniciativa de vereador que disponham sobre isenção de taxa para inscrição em concurso público, para os pretendentes que preencherem os requisitos legais, conforme cópia anexa.

Vê-se, portanto, pela inexistência de vício formal e vício material e, em decorrência, em face de todo o exposto, o projeto de lei em foco, de autoria do Ilustre Vereador, merece, conseqüentemente, prosperar, pelos motivos supramencionados.

É o nosso entendimento, "sub censura superior".

Indaiatuba, 19 de setembro de 2017.

  
**José Arnaldo Carotti**  
Assessor Jurídico - oabsp 63816



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000348960

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade nº 2002314-26.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, é requerido PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ.

**ACORDAM**, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "POR MAJORIA DE VOTOS, JULGARAM A AÇÃO IMPROCEDENTE. ACÓRDÃO COM O EXMO. SR. DES. MOACIR PERES. FARÃO DECLARAÇÃO DE VOTO OS EXMOS. SRS. DES. MÁRCIO BÁRTOLI E RICARDO ANAFE.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores NEVES AMORIM, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, SALLES ROSSI, RICARDO ANAFE (com declaração), ALVARO PASSOS, ELCIO TRUJILLO, XAVIER DE AQUINO, FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA e EVARISTO DOS SANTOS julgando a ação improcedente; E PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), MÁRCIO BARTOLI (com declaração), JOÃO CARLOS SALETTI, FRANCISCO CASCONI, RENATO SARTORELLI, CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, AMORIM CANTUÁRIA, ADEMIR BENEDITO, PEREIRA CALÇAS e ANTONIO CARLOS MALHEIROS julgando a ação procedente.

São Paulo, 18 de maio de 2016

**MOACIR PERES**  
**RELATOR DESIGNADO**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº 29.689 (processo digital)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2002314-26.2016.8.26.0000

AUTOR: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ

RÉUS: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei nº 5.978/15 do Município de Jacareí – Legislação que isenta doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal – I. VÍCIO FORMAL – Hipótese que não se enquadra no artigo 24, § 2º, 4, da Constituição Estadual – Ausência de vício formal de iniciativa, por se tratar de momento anterior à existência de relação jurídica funcional – II. VÍCIO MATERIAL – Cobrança que não pode ser considerada taxa nem preço público – Enquadramento no conceito de “outros ingressos”, do artigo 159 da Constituição Estadual – Inexistência de disciplina constitucional a respeito da regulamentação dessas receitas – Inconstitucionalidade material não verificada – Ação julgada improcedente.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Jacareí, em face da Lei Municipal n. 5.978, de 25 de novembro de 2015, que dispõe sobre “a isenção, aos doadores de sangue, do pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal.”

Alega que a matéria da lei impugnada determinava a competência legislativa exclusiva do Chefe do Executivo, que foi inobservada. Conclui pela existência de vício formal de inconstitucionalidade. Aduz que foram violados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Acrescenta que o diploma normativo criou obrigações ao Poder Executivo sem indicar a dotação orçamentária correspondente. Afirma que há vício material por violação ao princípio da separação dos poderes. (fls. 1/18).

É o relatório.

Não se vislumbram as alegadas inconstitucionalidades.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

25  
P

Primeiramente, não se verifica vício de iniciativa na lei municipal em questão.

De fato, nos termos do § 2º do artigo 24 da Constituição Estadual<sup>1</sup>, compete, exclusivamente, ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa das leis que disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria (n. 4).

Contudo, a regulamentação da taxa cobrada para a inscrição no concurso público não se insere no âmbito do regime jurídico nem do provimento de cargos dos servidores públicos.

Conforme entendimento consolidado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário por meio do qual reformou decisão deste Colendo Órgão Especial a respeito do mesmo tema<sup>2</sup>, trata-se de matéria afeita a um momento anterior ao provimento de cargos, em que não há, ao menos ainda, relação jurídica de trabalho entre o Poder Público e o candidato. No mesmo sentido:

“Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado: 'Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Municipal n. 1.803, de 12/03/2012, que isenta o doador de sangue de taxas em concurso público municipal – Ofensa à separação de poderes caracterizada – Lei que estabelece isenção de preço público e possibilita a geração de despesas sem indicação da respectiva fonte de custeio – Afronta aos arts. 5º, 25, 47, II, 144 e 159, todos da Constituição Estadual – Precedentes deste C. Órgão Especial – Ação procedente' (fl.38). Neste RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, o recorrente alega, em suma, violação aos arts. 2º, 29, 61, § 1º, 125, § 2º, 102, I, a, da mesma Carta. A pretensão recursal merece acolhida. O Tribunal de origem declarou a inconstitucionalidade da Lei 1.803/2012, do Município de Américo Brasiliense, que dispôs sobre a isenção, ao doador de sangue, do

<sup>1</sup>Aplicável aos Municípios em razão do disposto no artigo 144 da mesma Constituição: “Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.”

<sup>2</sup> Recurso Extraordinário n. 664.884/SP – Rel. Min. Dias Toffoli – j. em 24.5.13.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pagamento de taxas de inscrição em concurso público municipal. O acórdão recorrido assentou que "(...) é certo que a norma retirou do Poder Executivo Municipal sua prerrogativa de atuar segundo critérios de conveniência e oportunidade, violando a independência e harmonia entre os poderes (art. 5º, da Constituição Bandeirante), o que não pode ser admitido (...)” (fl. 41). Contudo, o Plenário do Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido da inconstitucionalidade formal ou material de lei estadual, de iniciativa parlamentar, que isenta candidatos desempregados do pagamento de taxa de inscrição em concurso público. Nesse sentido: 'CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 6.663, DE 26 DE ABRIL DE 2001, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§ 1º do art. 61 da CF/88). Dispõe, isto sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. Inconstitucionalidade formal não configurada. Noutro giro, não ofende a Carta Magna a utilização do salário mínimo como critério de aferição do nível de pobreza dos aspirantes às carreiras públicas, para fins de concessão do benefício de que trata a Lei capixaba nº 6.663/01. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente' (ADI 2.672/ES, Rel. Min. Ellen Gracie, Rel. p/ Ac. Min. Carlos Britto). 'CONCURSO PÚBLICO – ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO – É constitucional a Lei local nº 2.778/89, no que implicou a concessão de isenção de taxa para a inscrição em concurso público. Precedente: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.672-1/ES – Pleno Relatora Ministra Ellen Gracie cujo acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 10 de novembro de 2006" (RE 396.468/SE-AgR, Rel. Min. Marco Aurélio). [...] Em caso análogo a este, RE 664.884/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, o recurso extraordinário foi provido para julgar improcedente a ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei 4.578/2009 do Município de Mogi Guaçu. O acórdão recorrido divergiu do entendimento desta Corte. Isso posto, conheço do recurso e dou-lhe provimento

26  
7



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

27  
✓

(CPC, art. 557, § 1º-A) para julgar improcedente a ação direta de inconstitucionalidade.” (Recurso Extraordinário n. 732560/SP – Rel. Min. Ricardo Lewandowski –j. em 19/11/2013 –g.n).

Assim, não se tratando de nenhuma das matérias inseridas no § 2º do artigo 24 da Constituição Estadual, que define a competência legislativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, cuja ofensa geraria o alegado vício de iniciativa, conclui-se inexistir inconstitucionalidade formal no ato normativo vergastado.

Passa-se, então, a analisar a alegada inconstitucionalidade material. Para tanto, insta firmar entendimento a respeito da natureza jurídica da cobrança em questão, que poderia, *a priori*, ser considerada taxa de serviço, preço público ou algum outro tipo de receita que não se enquadre em nenhuma dessas categorias.

De acordo com o artigo 77 do Código Tributário Nacional, “as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

Os preços públicos, por sua vez, são valores cobrados por entes privados que, em razão de delegação, prestam serviço público diretamente aos cidadãos, como ocorre com as concessionárias e permissionárias de serviço público.

Nos dois casos, o pagamento é devido em caso de utilização de um serviço público pelo cidadão e, no caso da taxa, também o é na hipótese de colocação desse serviço à disposição do contribuinte.

A diferenciação entre os dois institutos, contudo, é controvertida.

Como é cediço, a taxa “tem por fato gerador uma prestação estatal efetiva ou potencial, direcionada a um número determinado de pessoas que estão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

28  
7

obrigadas à mesma. Aproxima-se a ela e muito se confunde com o preço ou tarifa, embora estejam regidos por regimes jurídicos absolutamente distintos, pois o último, o preço, obedece ao regime jurídico privado. Preço é o valor de uma prestação derivada de um contrato firmado sob a égide da liberdade de contratar. Se a atividade não é pública, não é compulsória e tem por mola propulsora o pagamento, temos preço e não taxa. [...] A taxa é sempre criada por lei e obedece aos princípios constitucionais do sistema tributário, tais como legalidade, anterioridade [...]<sup>3</sup> (Vladimir Passos de Freitas (coord.) **Código Tributário Nacional Comentado**. 6. ed. São Paulo: RT, 2013. p. 504/505. g.n).

Ocorre que, caso se entenda que a cobrança em questão se enquadra na categoria de taxa, a competência legislativa é concorrente, nos termos do artigo 24 da Constituição Estadual<sup>3</sup>. Considerando-se que aquele que tem poder de tributar tem, também, poder de isentar, não se verificaria, no caso, inconstitucionalidade material na legislação em questão.

De outro lado, se se considerar que o valor cobrado quando da inscrição no concurso público tem natureza de preço público, caberá ao Chefe do Executivo fixá-lo, conforme disciplina o parágrafo único do artigo 159 da Constituição Estado<sup>4</sup>. Nesse caso, será patente a inconstitucionalidade por usurpação de competência pelo Poder Legislativo, em ofensa ao princípio da separação dos poderes e aos artigos 5º, 47, inciso XIV, 159, parágrafo único, e 144 da Constituição Bandeirante.

Contudo, entendo que a cobrança em questão não é propriamente

<sup>3</sup> **Artigo 24** - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**Artigo 160** - Compete ao Estado instituir:

[...]

II - taxas em razão do exercício do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos de sua atribuição, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

<sup>4</sup> **Parágrafo único** - Os preços públicos serão fixados pelo Executivo, observadas as normas gerais de Direito Financeiro e as leis atinentes à espécie.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

nem taxa de serviço nem preço público.

Não é preço público porque não há prestação de serviço pelo organizador do concurso público – que pode ser entidade pública ou privada –, diretamente ao candidato.

Ademais, inexistente, no caso, facultatividade quanto à utilização do serviço prestado pela instituição organizadora do certame, pois, se o interessado não se inscrever, não poderá concorrer ao cargo almejado. Trata-se de serviço exclusivo e obrigatório prestado aos candidatos. Para o indivíduo que deseja ocupar cargo público de provimento efetivo, a não inscrição não é, de fato, uma opção.

De outro lado, não se trata de taxa, pois não há remuneração de serviço público prestado diretamente pelo ente público contratante ao candidato.

O fato de a lei vergastada ter denominado como taxa a cobrança ora em análise em nada altera esse entendimento. Ressalte-se que a natureza jurídica específica de um tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para tanto “a denominação e demais características formais adotadas pela lei” (artigo 4º, inciso I, do Código Tributário Nacional).

Dessarte, trata-se, a meu ver, de receita corrente de natureza diversa, englobada na expressão “outros ingressos” do artigo 159 da Constituição Estadual<sup>5</sup>.

A Consultoria Jurídica da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de São Paulo elaborou, em dezembro de 2015, parecer que elucida a questão:

“Analisando a questão sob o prisma da Lei federal nº 8.666/1993, tem-se que a admissão de servidores através de concurso público, exigência constitucional, gera para a Administração a necessidade de, não dispondo de meios próprios, contratar instituição ou empresa privada para a execução de todos os serviços (inclusos materiais e estrutura eventualmente necessária) que

<sup>5</sup> Artigo 159 - A receita pública será constituída por tributos, preços e outros ingressos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30  
N

um processo seletivo envolve, fazendo-o mediante procedimento licitatório ou dispensa deste.

“6.1. Não é, portanto, um serviço prestado ao candidato, mas sim ao Estado empregador, porquanto a necessidade a ser suprida é, como já assinalado, do Poder Público, que visa o preenchimento de seus quadros de servidores. [...]”

“7.1. Isso, contudo, não altera o fato de a despesa da contratação ter que ser suportada pelo erário, porquanto é, como se disse, a Administração Pública a contratante dos serviços da instituição, ou empresa, organizadora do concurso público.

“8. Ainda que a justificativa para a cobrança da taxa de inscrição seja o alto custo a ser suportado em face da realização de concurso público, sob o ponto de vista da contabilidade pública, o seu recolhimento, se efetuado pela instituição ou empresa contratada deve, posteriormente, ser revertido integralmente à Administração, porquanto tem esta verba natureza de receita pública, não classificada como tributo, mas como 'outras receitas'. [...]”

“9. Vê-se que a destinação dos valores da taxa de inscrição a instituição ou empresa, contratada para execução de serviços necessários à realização de concurso público, como forma direta de pagamento afronta a natureza jurídica dessa receita que, sendo pública, deve constar integralmente registrada no orçamento do Estado.” (PARECER CJ SPG Nº 1170/2015 Processo n. 59839/2014 - g.n.)

Seguindo a mesma linha, o Tribunal de Contas da União, em consulta formulada pelo então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Ari Pargendler, a respeito da natureza jurídica da receita de taxa de concurso público e da despesa relativa à realização do certame, decidiu que a cobrança em questão é classificada como receita corrente:

“16. Dentro do gênero 'Despesa de Custeio', destacamos a espécie 'Serviços de Terceiros', prevista no art. 133 da Lei nº 4.320/64. A Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, prevê o elemento de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

31  
p

despesa '39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica', destinado às 'despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos', conforme transcrevemos abaixo:

'39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

'Despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; pedágio; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação; impressão; encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios; conferências ou exposições; despesas miúdas de pronto pagamento; vale-transporte; vale-refeição; auxílio- creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres.'

"17. A instituição eventualmente contratada para organizar e executar certa etapa de um concurso público é uma pessoa jurídica que presta um serviço ao órgão público, no caso o TCU. Desse modo, poderíamos classificar a despesa em tela como despesa pública, categoria econômica 'Despesas Correntes', na espécie 'Despesas de Custeio, especificamente em 'Serviços de Terceiros', e no elemento de despesa '39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica'.

"18. Após delinear a natureza jurídica da despesa, devemos estudar a natureza da receita com o concurso público. A Lei nº 4.320/64 define o que são receitas correntes, cujo traço definidor é a destinação para o atendimento a despesas classificáveis como 'Despesas Correntes', senão vejamos:

'Art. 11. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.'

"19. Corroborando esse entendimento, transcrevemos posição exposta por Flávio Rubinstein (Orçamentos Públicos. Editora Revista dos Tribunais: São Paulo. 2008 - p. 59):

'As receitas correntes são aquelas oriundas das atividades operacionais do Estado, para aplicação em despesas correspondentes (i.e. ' classificáveis como correntes, visando ao alcance das finalidades e metas dos diversos entes públicos, conforme previstas nos programas e ações de governo' .

"20. A receita com a realização de um concurso público visa atender despesa corrente (conforme acima apontado), logo é receita corrente. Inclusive, a Portaria nº 48, de 10 de setembro de 2009, da Secretaria de Orçamento Federal, criou a natureza de receita '1600.50.00 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos' que, segundo o Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias da União, destina-se a:

'1600.50.00 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos

'Receitas de caráter administrativo, decorrentes de tarifas de inscrição em concursos, processos seletivos, inclusive dos vestibulares realizados pelas Universidades, e outros meios de prover seleção de pessoas ou coisas. Trata-se do ingresso de recursos provenientes de uma sequência de ações visando selecionar ou qualificar alguém ou para um determinado objetivo.'" (TC 032.325/2012-6 - Acórdão n. 831/2013 - Plenário - Relator Valmir Campelo - j. em 10.4.14 - g.n.)

Por essa razão, considerando que, no caso, a cobrança é realizada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

por entidade contratada pelo Poder Público para fins de realização de concurso público e que os valores devem ser recolhidos ao erário, sem que haja prestação de serviço público pelo ente público ao candidato, não pode o valor em questão ser classificado nem como taxa nem como preço público, mas como "outros ingressos".

Assim, não havendo disciplina constitucional a respeito da regulamentação das referidas receitas, não se verifica inconstitucionalidade material na lei que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal.

Ante o exposto, julga-se improcedente a ação.

**MOACIR PERES**

**Relator designado**

33  
P



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

34  
24

**DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO**

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº

2002314-26.2016.8.26.0000

São Paulo

Requerente: Prefeito do Município de

Jacareí

Requeridos: Presidente da Câmara Municipal

de Jacareí

35.874

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra a Lei nº 5.978, de 24 de novembro de 2015, do Município de Jacareí, que *"dispõe sobre a isenção, aos doadores de sangue, do pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal"*.

Aduz o requerente, em síntese, que o diploma legal padeceria de inconstitucionalidade formal, por usurpar o Poder Legislativo de iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Alega-se, ademais, padecer a norma de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

inconstitucionalidade material, por extrapolar o limite da razoabilidade e por estabelecer isenção de preço público sem indicar a respectiva fonte de custeio. Pugna, assim, pela declaração de inconstitucionalidade da norma em questão (cf. fls. 01/18).

O pedido liminar foi deferido pelo despacho de fls. 40/41, para suspender a vigência da norma impugnada.

A Procuradoria Geral do Estado foi citada, afirmando seu desinteresse em realizar a defesa do ato impugnado (fls. 52/55).

Manifestou-se a Procuradoria-Geral de Justiça pela improcedência da ação (fls. 102/114).

2. A norma questionada tem a seguinte redação:

*“Art. 1º Fica concedida isenção do pagamento de taxa de inscrição em Concurso Público Municipal aos doadores voluntários de sangue.*

*Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo também abrange a Administração Indireta, Fundacional e Autárquica.*

*Art. 2º A isenção da taxa de inscrição fica*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36  
p

*condicionada à comprovação de uma doação de sangue para homens e para mulheres, em um período de 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital do Concurso Público Municipal.*

*Art. 3º A comprovação de doador de sangue será feita por meio de documento expedido pela entidade coletora, onde deverá constar o nome completo do doador, CPF e os dados referentes à doação, que serão apresentados no ato da inscrição.*

*Art. 4º A isenção de que trata esta Lei, bem como suas respectivas condições, devem constar dos editais dos concursos públicos realizados no âmbito do Município de Jacareí.*

*Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação."*

**3. Não se verifica, inicialmente, o vício de iniciativa apontado.** Como cediço, a regra estabelecida no *caput* do artigo 24 da Constituição do Estado é a da iniciativa concorrente entre os membros ou comissões da Assembleia Legislativa, o Governador do Estado, o Tribunal de Justiça e os cidadãos – ressalvados os casos em que, de forma taxativa, a iniciativa legislativa seja reservada exclusivamente a algum deles, em razão da matéria.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nos termos do § 2º do artigo 24 da Constituição Estadual, "[c]ompete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre:

1 - **criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;**

2 - **criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 47, XIX;**

3 - **organização da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado, observadas as normas gerais da União;**

4 - **servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;**

5 - **militares, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para inatividade, bem como fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar;**

6 - **criação, alteração ou supressão de**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

38  
no

**cartórios notariais e de registros públicos."**

Esse modelo institucional, de reserva de iniciativa legislativa de determinadas matérias a este ou àquele agente político, ademais, é de obrigatória observância pelos Municípios, em razão do princípio da simetria na organização dos entes federativos e da regra contida no artigo 144 da Constituição do Estado.

Pois bem. Confrontando-se a lei questionada com o quanto disposto no § 2º do artigo 24 da Constituição do Estado, verifica-se, assim, que a norma impugnada não ampliou a estrutura da Administração Pública e não dispôs sobre as matérias reservadas, **em rol taxativo**, à iniciativa legislativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos da Constituição Estadual.

Com efeito, a lei impugnada não cria ou extingue Secretarias e órgãos da Administração Pública; não cria ou extingue cargos, funções ou empregos públicos, e não fixa a respectiva remuneração; e não dispõe sobre servidores públicos ou sobre militares, e tampouco sobre os respectivos regimes jurídicos.

Restringe-se a norma, tão somente, a dispor sobre a isenção de "taxa" de inscrição de concurso público em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

determinadas hipóteses, questão que antecede o provimento de cargos e não se revela afeita ao regime jurídico de servidores públicos.

Sendo exaustivas e excepcionais as hipóteses de competência privativa do Prefeito para deflagar o processo de formação das leis, não se pode presumir, tampouco ampliar o sentido dos temas definidos pelo constituinte estadual – sob pena, inclusive, de restar esvaziada a função típica do Poder Legislativo. Por certo, o assunto tratado pela lei impugnada não se encontra no rol taxativo da Constituição Estadual.

Inexiste, assim, ofensa às iniciativas legislativas constitucionalmente reservadas ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 24, parágrafo 2º da Constituição Bandeirante, sendo caso de rechaçar a hipótese de vício formal.

4. Neste sentido, quanto ao **vício formal**, já se pronunciou o **Supremo Tribunal Federal** em diversas oportunidades, rejeitando a ocorrência do alegado vício de iniciativa.

Leia-se, neste sentido, o julgado que primeiro firmou essa jurisprudência: **"EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N° 6.663, DE 26 DE ABRIL DE 2001, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§ 1º do art. 61 da CF/88). Dispõe, isto sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. **Inconstitucionalidade formal não configurada.** Noutro giro, não ofende a Carta Magna a utilização do salário mínimo como critério de aferição do nível de pobreza dos aspirantes às carreiras públicas, para fins de concessão do benefício de que trata a Lei capixaba n° 6.663/01. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.*"<sup>6</sup>

Esse posicionamento foi referendado por aquela Suprema Corte em diversas oportunidades – inclusive em recursos extraordinários, a que deu provimento, contra julgados deste Órgão Especial. O **Supremo Tribunal Federal**, contudo, nessas oportunidades, pronunciou-se **unicamente quanto ao vício formal, de iniciativa, do processo legislativo de normas que**

<sup>6</sup> ADI 2672 – Relator p/ Acórdão Min. Carlos Ayres Britto, Tribunal Pleno, julgado em 22.06.2006, DJ 10.11.2006.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

disponham sobre a isenção de "taxas" de inscrição de concurso público<sup>7</sup>.

Conforme se verificará adiante, contudo, existe questão ainda não apreciada por aquela Corte, que se limitou, nestes julgados, à apreciação da questão do vício formal, de iniciativa, na propositura de normas desta sorte, bem como à questão material no tocante à isonomia das referidas disposições.

5. No que diz respeito, assim, à alegada inconstitucionalidade material da lei, é caso de se reconhecer a procedência do pedido, por usurpar a normativa de competência administrativa do Poder Executivo.

Verifica-se, neste sentido, que, apesar de ter sido denominada como "taxa de inscrição", a referida cobrança não possui natureza tributária, revestindo-se, em realidade, de caráter contratual de contraprestação, preço público a ser pago pelo candidato em razão da participação em certame público.

<sup>7</sup> Neste sentido encontra-se o seguinte julgado da Primeira Turma: RE 396468 AgR - Relator Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 22.05.2012, acórdão publicado em 19.06.2012.

E, ainda, as seguintes decisões monocráticas: RE 947561 - Relator Min. Edson Fachin, julgado em 03.03.2016, decisão publicada em 08.03.2016; RE 919366 - Relatora Min. Carmen Lúcia, julgado em 13.11.2015, decisão publicada em 25.11.2015.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Acerca da diferenciação entre taxas e preços públicos, veja-se a lição de **Hugo de Britto Machado**: "Quanto à remuneração pelo uso ou pela aquisição de propriedade de bens do Estado, é pacífico o entendimento: a receita é um preço. Nunca uma taxa. O problema se situa na área dos serviços, onde diversos critérios têm sido apontados pelos estudiosos da ciência das finanças e do direito financeiro para estabelecer a distinção entre taxa e preço. Um desses critérios seria a compulsoriedade, sempre presente em relação à taxa, e ausente em relação ao preço, que seria facultativo. Há, porém, quem sustente a existência de preços obrigatórios, assim como há quem afirme a existência de taxas facultativas. O STF já fixou entendimento pelo qual: 'Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu' (Súmula 545 STF). (...) É importante compreender o fundamento dessa ideia. Se a ordem jurídica obriga a utilização de determinado serviço, não permitindo o atendimento da respectiva necessidade por outro meio, então é justo que a remuneração correspondente, cobrada pelo Poder Público, sofra as limitações



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*próprias dos tributos. O contribuinte estará seguro de que o valor dessa remuneração há de ser fixado por critérios definidos em lei. Terá, em síntese, as garantias estabelecidas na Constituição. Por outro lado, se a ordem jurídica não obriga a utilização do serviço público, posto que não proíbe o atendimento da correspondente necessidade por outro meio, então a cobrança da remuneração correspondente não ficará sujeita às restrições do sistema tributário. Pode ser fixada livremente pelo Poder Público, pois seu pagamento resulta de simples conveniência do usuário do serviço. À liberdade que tem o Poder Público na fixação do preço público, sem a necessidade de lei a estabelecer os critérios para a determinação do valor devido, corresponde a liberdade do cidadão de utilizar, ou não, o serviço correspondente. De um lado, ao Poder Público é autorizado fixar o valor devido mediante ato administrativo – vale dizer, ato de autoridade do Poder Executivo; e, do outro lado, o contribuinte é liberado para utilizar, ou não, o serviço, de acordo com suas conveniências. Se o contribuinte não tem essa liberdade, porque é compulsória a utilização do serviço, o Poder Público estará igualmente limitado pela ordem jurídica no pertinente*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**aos critérios para a fixação do valor a ser cobrado, que será um tributo.”<sup>8</sup>**

Neste mesmo sentido leciona **Roque Carraza**:

“A taxa é o tipo de tributo que seguramente mais divergências suscita entre os estudiosos. Tanto isto procede que não há consenso quanto à sua definição, nem seu exato enquadramento entre as espécies tributárias. De um modo geral, porém, tem-se entendido que a taxa é uma obrigação ex lege que nasce da realização de uma atividade estatal relacionada, de modo específico, ao contribuinte, embora muitas vezes por ele não requerida ou, até mesmo, sendo para ele desvantajosa. Pasquale Russo agrega a esta noção a ideia de que a taxa ‘é uma prestação que se inspira no princípio da correspectividade’, tomado no sentido de troca de utilidade ou, se preferirmos, de comutatividade. (...) Apenas para tangenciarmos o assunto, os preços possuem regime jurídico diverso das taxas, não sendo dado ao legislador transformar estas naqueles, e vice-versa. De feito, enquanto os preços (tarifas) são regidos pelo **direito privado**, as taxas obedecem ao regime jurídico público. Nelas não há relação

<sup>8</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. Editora Malheiros. São Paulo, 2013. Pgs. 444-447.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*contratual, mas relação jurídica de conteúdo manifestamente publicístico. Noutras palavras, o preço deriva de um contrato firmado, num clima de liberdade, pelas partes, com o fito de criarem direitos e deveres recíprocos. (...) Diferentemente ocorre com a taxa, que, nascida da lei, sobre ser **compulsória**, resulta de uma atuação estatal desenvolvida debaixo de um **regime público e relacionada, 'direta e imediatamente', ao contribuinte.**"<sup>9</sup>*

**No caso dos autos, embora exista correspectividade na cobrança da "taxa" de inscrição, não há compulsoriedade, sendo o cidadão livre para participar do certame ou não, pagando o preço público apenas se desejar concorrer à vaga pública em questão.**

Inexiste, assim, segundo a doutrina e entendimento sumulado pelo **Supremo Tribunal Federal**, caráter de compulsoriedade a justificar o enquadramento da referida cobrança como taxa, sendo mais adequado entendê-la como preço público, facultativo, fixado por ato administrativo, em caráter de mera contraprestação por participação em certame público.

Neste sentido, aliás, a Secretaria de Orçamento

<sup>9</sup> CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. Editora Malheiros. São Paulo, 2013. Pgs. 608-622.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Federal, dispondo sobre a natureza jurídica das receitas da União, editou a Portaria nº 48, de 10 de setembro de 2009, estabelecendo a receita '1600.50.00 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos', de forma a corretamente denominar a referida cobrança como tarifa (classificação majoritariamente considerada pela doutrina como sinônimo de preço público).

E a Constituição do Estado de São Paulo estabelece, de forma expressa:

*"Artigo 159 - A receita pública será constituída por tributos, preços e outros ingressos.*

***Parágrafo único - Os preços públicos serão fixados pelo Executivo, observadas as normas gerais de Direito Financeiro e as leis atinentes à espécie.***

Ou seja, pode-se concluir da leitura conjunta do referido parágrafo com o quanto disposto no artigo 47, inciso XIV, da Constituição do Estado de São Paulo, **tratar-se a fixação e a isenção de preços públicos de ato de gestão do Poder Executivo. Ora, se é de expressa competência do Poder Executivo fixar preços públicos, pode-se concluir da mesma forma que seria de sua competência isentá-los, por tratar-se de**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ato correlato.**

Resta vedada a usurpação, pelo Poder Legislativo, dessa competência constitucionalmente atribuída ao Poder Executivo, portanto, sob pena de ofensa, como ocorre no presente caso, à regra da separação dos poderes.

6. Neste sentido, veja-se o seguinte julgado deste **Órgão Especial**: **"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei Municipal 949/2011, de Bertoga - Isenção de desempregados e trabalhadores que recebam até um salário mínimo do pagamento de taxa em concursos públicos - Lei impugnada que não trata de matéria relativa ao regime jurídico de servidores públicos, tampouco é possível examiná-la em confronto com a Lei Orgânica Municipal para exercício do controle de constitucionalidade - Analisada a questão sob a ótica do disposto nos artigos 5º, 25, caput, e 159, parágrafo único, da Constituição Estadual, o ato normativo revela-se com eles incompatível - Isenção de preço público - Matéria de competência do Poder Executivo - Aumento de despesas, sem indicação de respectiva fonte de recursos disponíveis para atendimento dos novos**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*encargos – Precedentes deste Órgão Especial Ação procedente.”<sup>10</sup>*

7. Isto posto, por este voto, julga-se procedente a presente ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 5.978, de 24 de novembro de 2015, do Município de Jacareí, por afronta ao quanto disposto nos artigos 5º, 47, inciso XIV, c.c. 159, parágrafo único, e 144, todos da Constituição do Estado de São Paulo; e artigos 2º e 76, ambos da Constituição Federal.

**Márcio Bartoli**

Relator vencido

<sup>10</sup> ADI 2041169-45.2014.8.26.0000 – Relator Des. Luiz Antonio de Godoy, julgado em 30.07.2014.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 27.499  
Direta de Inconstitucionalidade nº 2002314-26.2016.8.26.0000  
Comarca: São Paulo  
Autor: Prefeito do Município de Jacareí  
Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

1. *Ex ante*, cumpre destacar a adoção do relatório elaborado, bem como a razoabilidade do voto do eminente Relator sorteado Desembargador Márcio Bartoli, mas por convencimento, ousou divergir.

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Prefeito do Município de Jacareí, objetivando a retirada do ordenamento jurídico pátrio da Lei Municipal nº 5.978, de 24 de novembro de 2015, que “dispõe sobre a isenção, aos doadores de sangue, do pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal”, porque, segundo ele, viola o disposto nos artigos 5º, 25, 47, inciso II, 144 e 159, todos da Constituição Estadual.

A Lei nº 5.978, de 24 de novembro de 2015, do Município de Jacareí, ora impugnada, tem a seguinte redação:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**“Art. 1º Fica concedida isenção do pagamento de taxa de inscrição em Concurso Público Municipal aos doadores voluntários de sangue.**

**Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo também abrange a Administração Indireta, Fundacional e Autárquica.**

**Art. 2º A isenção da taxa de inscrição fica condicionada à comprovação de uma doação de sangue para homens e para mulheres, em um período de 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital do Concurso Público Municipal.**

**Art. 3º A comprovação de doador de sangue será feita por meio da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, onde deverá constar o nome completo do doador, CPF e os dados referentes à doação, que serão apresentados no ato da inscrição.**

**Art. 4º A isenção de que trata esta Lei, bem como suas respectivas condições, devem constar nos editais dos concursos públicos realizados no âmbito do Município de Jacareí.**

**Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.”**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme já bem ressaltado pelo eminente Desembargador Márcio Bartoli, “Inexiste, assim, ofensa às iniciativas legislativas constitucionalmente reservadas ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 24, parágrafo 2º da Constituição Bandeirante, sendo caso de rechaçar a hipótese de vício formal. 4. Neste sentido, quanto ao vício formal, já se pronunciou o Supremo Tribunal Federal em diversas oportunidades, rejeitando a ocorrência do alegado vício de iniciativa.”

Passo, na sequência, à análise do ponto concernente à natureza da denominada “taxa de inscrição” em concurso público, sendo de rigor breve digressão acerca da temática que norteia a questão de fundo.

Como é notório, as taxas são subdivididas em taxas de serviço e de polícia, interessando, aqui, a discussão acerca das taxas de serviço, que pertinem à prestação de serviço público prestado ou posto a disposição do contribuinte (Cf. Aliomar Baleeiro, *in* “Direito Tributário Brasileiro”, p. 323/325), de forma direta e imediata (Cf. Geraldo Ataliba, *in* “Hipótese de Incidência Tributária”, p. 164).

Em raras linhas pode-se conceituar a taxa de serviço como uma prestação pecuniária devida pelo particular ao Estado (sentido amplo), em razão de serviço prestado pela Administração Pública, ante o oferecimento de comodidade ou utilidade fruível diretamente pelo administrado (Cf. Celso Antonio Bandeira de Mello, *in* “Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta”, p. 20).

A Sexta Carta Republicana (Cf. artigo 145, inciso II) e o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Código Tributário Nacional (artigo 77) assinam expressamente a exigência de que as taxas derivem de serviços específicos e divisíveis.

A seu turno, a legislação complementar tributária (nesse ponto a norma contida no Código Tributário Nacional é própria de lei complementar \_\_ discussão marginal e acadêmica acerca da mescla de matéria de lei complementar e de lei ordinária do Código Tributário Nacional) conceitua o que vem a ser serviço específico e divisível, consoante o teor dos incisos II e III do artigo 79, que me permito transcrever para melhor elucidação:

**“II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade pública;**

**III - divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.”**

Com efeito, o sistema tributário nacional autoriza a remuneração de serviço público por taxa, apenas e tão-somente quando ele se caracteriza pela especificidade e divisibilidade, caracterizando a prestação de serviço *uti singuli*.

O traço diferenciador entre taxa e preço público é a **compulsoriedade** (do pagamento, não o uso), eis que **ambos possuem caráter contraprestacional e remuneram uma atividade prestada pelo**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estado, razão pela qual, neste ponto, peço vênica para divergir do entendimento do i. Relator, pois, no caso concreto, tem-se, em verdade, **isenção de pagamento de taxa e não preço público** e, diante da sua **natureza tributária**, descabida a aplicação do parágrafo único do artigo 159, da Constituição do Estado.

A propósito especificamente da **taxa**, o **fato gerador** tem que ser uma ocorrência relacionada com a utilização, provocação, ou disposição do serviço ou **atividade do Estado**, pouco importando o *nomem iuris* que o legislador confira a determinado tributo (Cf. Amílcar Falcão, *in* "Introdução ao Direito Tributário", p. 152).

Assim se vê que Alfredo Becker, ao lado de Rubens Gomes de Sousa, Amílcar Falcão, Souto Maior Borges e Paulo Barros Carvalho define: "A regra jurídica tributária que tiver escolhido para base de cálculo do tributo o serviço estatal ou coisa estatal, terá criado **uma taxa**" (op. cit., pág. 345)-

Da mesma forma, Hector Villegas, qualifica a taxa, entre outros fatores, pela vinculação a uma atuação estatal:

*"En tercer lugar, la noción de tasa que propugnamos, conceptúa que su hecho generador es la actividad que el estado cumple y que está vinculada con el obligado al pago. La actuación*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

154  
n.  
24

*estatal vinculante es quizá el elemento caracterizador más importante para saber si al enfrentarnos con determinado tributo estamos realmente ante una tasa” (Curso de Finanzas, Derecho Financiero y Tributario, Depalma, Buenos Aires, pág. 74).*

A atividade do Estado desenvolve-se através de uma série de manifestações, englobadas na função administrativa e, nesta, enquadram-se os serviços públicos e o poder de polícia. Sobre os serviços, destaca-se estudo realizado por Celso Antonio Bandeira de Mello que assim os definiu: “serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou de comodidade material fruível diretamente pelos administrados, prestado pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de direito público \_\_ portanto consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais \_\_ instituído pelo Estado em favor dos interesses que houver definido como próprios no sistema normativo” (in “Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta”. Ed. Revista dos Tribunais, p. 20).

Desse modo, para que fique delimitado o âmbito de cada atuação geradora da taxa, para prestação de um serviço público, pode o Estado prestá-lo diretamente ou através da administração descentralizada (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações, concessionárias e permissionárias); quando o serviço é próprio da Administração, poderá o Estado concedê-lo ou permiti-lo, azo pelo qual



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

não há transferência do serviço, mas apenas de seu exercício, podendo o concedente ou permitente retomá-lo a qualquer hora.

Ainda, a respeito da matéria, esclarece Hugo de Brito Machado:

“A maioria dos autores ensina que a taxa corresponde ou está ligada a uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte. Justifica-se, assim, a taxa pelo exercício do poder de polícia ou pela prestação de serviço público, atividades privativas, próprias, do Estado. Nem todo serviço público, porém, seria atividade especificamente estatal. O preço público, assim, seria a remuneração correspondente a um serviço público não especificamente estatal, vale dizer, uma atividade de natureza comercial ou industrial.

Acontece que a definição do que seja atividade específica do Estado enseja divergências insuperáveis. Aquilo que em determinado lugar se considera atividade própria do Estado em outros lugares pode não ser assim considerado. E até em um mesmo lugar hoje pode ser considerado atividade própria do Estado aquilo que o não era ontem.

Não é fácil, nos domínios da ciência das finanças,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

56  
r

estabelecer a diferença entre taxa e preço público. No âmbito jurídico, porém, a questão se resolve em se admitir que a distinção entre atividade própria do Estado e atividades que podem ser exercidas por particulares há de ser formulada no plano político, vale dizer, há de ser fixada pelo Legislativo. Assim, admite-se que a lei estabeleça a fronteira entre a taxa e o preço, instituindo o que se pode entender como taxa por definição legal.

Assim, temos que:

- a) se a atividade estatal se situa no terreno próprio, específico, do Estado, a receita que a ela se liga é uma taxa;
- b) se a atividade estatal se situa no âmbito privado, a receita a ela vinculada deve ser um preço;
- c) havendo dúvida, pode a lei definir a receita como taxa ou como preço.”<sup>11</sup> (grifei).

Forte nessas premissas, *concessa venia*, divirjo da conclusão adotada pelo eminente Desembargador Moacir Peres, porquanto considera-se receita pública todos os ingressos ou entradas nos cofres públicos.

De fato, segundo a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março

<sup>11</sup> MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 31ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 455).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e alterações posteriores, as receitas públicas podem ser: **receitas correntes** (§ 1º, do art. 11) e compreendem: *a) tributária; b) de contribuições; c) patrimonial; d) agropecuária; e) industrial; d) serviços e outras; e receitas de capital* (§ 2º, do art. 11) e compreendem: *a) operações de crédito (constituição de dívida); b) alienação de bens; c) amortização de empréstimos; d) transferência de capital.*

E, ainda, de acordo com o § 4º, a classificação da receita obedece ao seguinte esquema: RECEITAS CORRENTES - RECEITA TRIBUTÁRIA - Impostos - Taxas - Contribuições de Melhoria.

Nesse aspecto, a fixação genérica adotada pelo Tribunal de Contas da União, ao classificar a cobrança em questão como **receita corrente, não afasta a sua natureza jurídica de taxa.**

Nessa esteira, o entendimento doutrinário de Diógenes Gasparini de que as taxas de inscrição de concursos são receitas públicas, *in verbis*:

**“Nesse diapasão, não resta dúvida que a taxa cobrada na inscrição do concurso tem natureza de receita própria do ente contratante. Considerada receita pública, deverá obedecer ao regime das**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

58  
mp

**despesas e receitas instituído pela Lei Federal n. 4.320/64, devendo ingressar e sair dos cofres públicos obedecendo as regras estabelecidas pelo referido diploma.**<sup>12</sup>

Acerca do tema, prossegue o jurista afirmando que a **taxa de inscrição possui natureza tributária**, caracterizando-se como taxa de serviço, para a administração direta, autárquica e fundacional e, por consequência, deve estar prevista na legislação tributária.

À vista desta distinção, o **Supremo Tribunal Federal** já firmou o entendimento no sentido de que a **competência para iniciar processo legislativo sobre matéria tributária não é privativa do Poder Executivo**. Nesse sentido: STF, AI 805.338-MG, Relatora Ministra Cármen Lúcia, j. 29-06-2010, DJe 04-08-2010; RE 556.885-SP, relator Ministro Celso de Mello, 17-06-2010, DJe 05-08-2010).

No que diz respeito à alegada inconstitucionalidade material da lei, anota-se, por oportuno que, em se tratando de isenção de taxa de inscrição em concurso público, prevista em lei estadual de iniciativa parlamentar, a Suprema Corte também já se posicionou, conforme arestos a seguir ementados:

<sup>12</sup> GASPARINI, Diógenes. *Apud*. TOURINHO, Rita. Da ação civil pública no controle da contratação de empresa para a realização de concurso público, Sergipe, *Revista ESMP*, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.esmp.mp.se.gov.br/Portal/RevistaESMP>. Acesso em: 13 abr. 2012.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

“CONSTITUCIONAL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE: VESTIBULAR: TAXA DE INSCRIÇÃO: ISENÇÃO. LEI nº 7.983/2001, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. I. - Lei nº 7.983/2001, que isenta do pagamento de taxa de inscrição os candidatos ao exame vestibular da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte: constitucionalidade. II. - ADI julgada improcedente.” (STF, ADI 2643/RN, Relator Ministro Carlos Velloso, j. 13/08/2003, DJ 26-09-2003).

“CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 6.663, DE 26 DE ABRIL DE 2001, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O diploma normativo em causa, que estabelece isenção de pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§ 1º do art. 61 da CF/88). Dispõe, isto sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. Inconstitucionalidade formal não configurada. Noutro giro, não ofende a Carta Magna a utilização do salário mínimo como critério de aferição do nível de pobreza dos aspirantes às



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

carreiras públicas, para fins de concessão do benefício de que trata a Lei capixaba nº 6.663/01. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.” (STF, ADI 2672/ES, Tribunal Pleno, Relator Ministro Carlos Britto, j. 22/06/2006, DJ 10-11-2006).

Portanto, respeitado entendimento em sentido contrário, é certo que o Supremo Tribunal Federal assentou não padecer de inconstitucionalidade formal ou material a lei resultante de iniciativa parlamentar referente a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concurso público, conforme decisão monocrática, de Relatoria do Ministro Dias Toffoli, no RE 664884, julgado em 24/05/2013, publicado em DJe-104 DIVULG 03/06/2013 PUBLIC 04/06/2013, que reformou acórdão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo<sup>13</sup>, em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em face da Lei nº 4.578/2009, do Município de Mogi Guaçu, a seguir ementado:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Município de Mogi-Guaçu - Lei Municipal nº 4578/2009 que dispôs sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos público - Vício de iniciativa - Princípio de separação dos poderes - Lei que impõe obrigações ao Poder Público e estabeleceu isenção de preço

<sup>13</sup> ADIn nº 0393694-04.2010, Relator Desembargador Samuel Júnior, j. 25 de maio de 2011.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**público com a geração de despesas sem indicação da respectiva fonte - Violação aos 5º, 25, 47, II, 144 e 159, todos da Constituição Estadual - Inconstitucionalidade decretada.” (grifei)**

Na ocasião, o Órgão Colegiado declarou a inconstitucionalidade da norma, sob o fundamento de que a lei estabeleceu isenção de preço público e possibilitou a geração de despesas sem indicação da respectiva fonte, em contrariedade aos artigos 5º, 25, 47, II, 144 e 159, todos Constituição do Estado.

Daí porque, não obstante a controvérsia existente acerca do enquadramento da referida cobrança \_\_ taxa ou preço público \_\_ considerando os citados julgados do Supremo Tribunal Federal, conclui-se que a norma em questão, **não** padece de vício de iniciativa, pois como cedição, a regra estabelecida no *caput* do artigo 24 da Constituição do Estado é a da **iniciativa concorrente** entre os membros ou comissões da Assembleia Legislativa, o Governador do Estado, o Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça e os cidadãos, ressalvados os casos em que, de forma taxativa, a iniciativa legislativa seja reservada exclusivamente a alguns deles.

De outro lado, uma vez consagrada a competência concorrente para deflagração do processo legislativo e inexistindo violação do princípio da separação de poderes, irrelevante que o tema implique em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

possíveis reflexos no orçamento municipal, porquanto tratou-se, apenas, de criar norma isentiva tributária, diante da discricionariedade das políticas públicas.

Por fim, igualmente descabida a alegação de ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, eis que a atuação da Administração Pública deve ser adequada, na medida justa, ou seja, tem que ser apropriada às necessidades exigidas pela situação concreta, consubstanciada, *in casu*, como bem anotado pela douta Procuradoria Geral de Justiça, na “notória necessidade de doadores para alimentar os bancos de sangue e possibilitar o adequado funcionamento do sistema de saúde” (fl. 114). Em outras palavras, tais princípios exigem um equilíbrio entre os meios empregados e o fim almejado pela Administração Pública para atender aos interesses da sociedade.

Por epitome, sob qualquer ângulo que se examine a questão, não há inconstitucionalidade a ser declarada em relação à Lei nº 5.978, de 24 de novembro de 2015, do Município de Jacareí.

2. À vista do exposto, pelo meu voto, julgo improcedente o pedido.

**Ricardo Anafe**  
**Desembargador**



PROT-CMJ 2147/2018  
28/09/2018 - 09:17  
PR 16/2018

*[Handwritten signature]*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Handwritten initials and numbers: p. 64 and a signature.*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original que recebeu as seguintes assinaturas digitais:

Pg. Inicial	Pg. final	Categoria	Nome do assinante	Confirmação
1	11	Acórdãos Eletrônicos	MOACIR ANDRADE PERES	2ADB712
12	26	Declarações de Votos	MARCIO ORLANDO BARTOLI	2B16386
27	41	Declarações de Votos	RICARDO MAIR ANAFE	2B2605A

Para conferir o original acesse o site:  
<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 2002314-26.2016.8.26.0000 e o código de confirmação da tabela acima.